

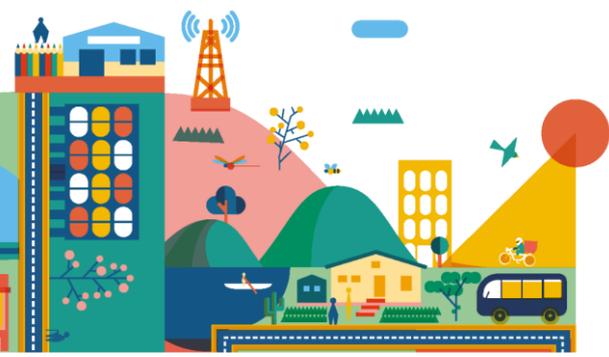
Relato do Comitê Técnico

53ª Reunião Ordinária do ConCidades
16 de maio de 2024

1. Apresentação

Na reunião ocorrida no dia 16/05/2024, das 09:30 às 13:00, em Brasília-DF, o Comitê Técnico de Habitação realizou seus trabalhos com a presença de 41 participantes.

Qtde.	Segmento	Entidades
6	Poder Público Federal	MCIDADES – Ministério das Cidades MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
2	Poder Público Estadual	Governo do Estado do Pará Governo do Estado do Rio Grande do Sul
4	Poder Público Municipal	CNM - Confederação Nacional dos Municípios FRENAVRU – Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana FNP – Frente Nacional de Prefeitos Poder Legislativo Municipal
4	Entidades profissionais e acadêmicas	CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo
1	Entidades de Trabalhadores	FNA – Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas
1	Entidades empresariais	ANAMACO - Associação nacional de comerciantes de materiais de construção
2	Organizações Não governamentais	Fundação Bento Rubião Habitat para Humanidade
21	Movimentos Populares	CMP - Central de Movimentos Populares CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores UNMP – União Nacional por Moradia Popular MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia MTD – Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos

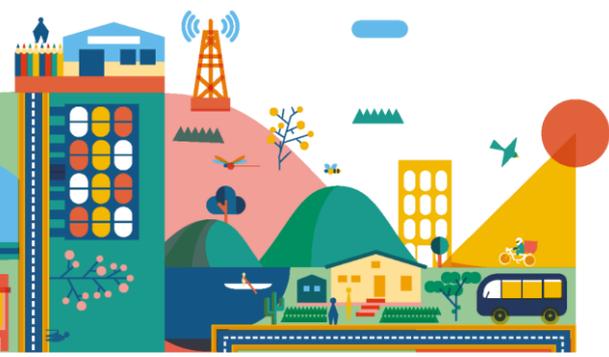


		MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favela
7	Apoio técnico	SNH/MCID, DGE/MCID

2. Itens de pauta

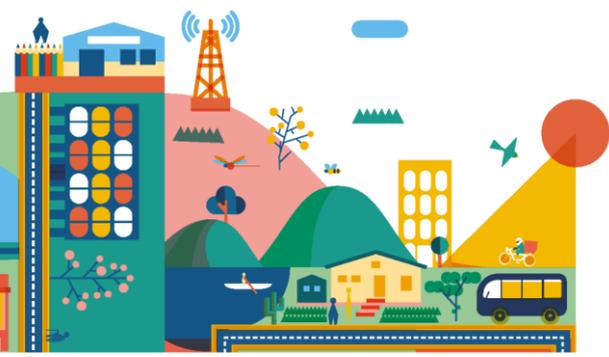
- I. A reunião foi iniciada com uma breve apresentação do Secretário Nacional de Habitação sobre as ações e avanços no tema da Habitação dos últimos meses:
 - II. Conclusão da seleção do Rural e Entidades. Enfatizando o desafio agora de contratar e tornar os projetos realidade.
 - III. Discussão das próximas seleções para tornar o processo mais célere.
 - IV. Disponibilização dos recursos para viabilização das contratações.
 - V. Discussão da modalidade para atendimento à municípios com menos de 50 mil habitantes e de melhoria habitacional.
 - VI. Ações para atendimento ao **Rio Grande do Sul**: Destacou que o governo ainda não tem ideia do tamanho da necessidade de moradias. Por isso ainda não foi anunciado o quantitativo. O que foi anunciado foi:
 - o Ações para recomposição das casas destruídas, por meio de **5 linhas de ações principais**:
 - Compra de imóveis usados no RS;
 - Compra de imóveis na planta aptas a serem entregues a curto prazo;
 - Compra de imóveis desocupados que estão na carteira dos bancos (retomados pelo banco)
 - Seleção específica do FAR para o RS
 - Informou que Caixa realizará a vistoria dos imóveis antes de serem disponibilizados e que os Entes Públicos Locais farão o cadastro das famílias a serem atendidas.
 - o Na linha financiada:
 - Suspende pagamentos das parcelas de financiamento;
 - Possibilitar o uso do FGTS para pagar dívidas de moradia; e
 - Flexibilizar formas de acesso ao crédito para aquisição de imóveis usados
 - VII. Programa de reforma ainda está sendo desenhado.

Após os esclarecimentos realizados pelo Secretário, foi iniciada a dinâmica para discussão com os membros da plenária, momento em que foram trazidos novos temas e aprofundados os anteriormente levantados.



Comentários sobre o Rio Grande do Sul:

- Importância da divulgação das ações de apoio sendo realizadas no RS.
- Importância de se pensar em um comitê específico para tratar os assuntos referentes ao RS.
- Constatado que o processo de levantamento online iniciado pelo Ministério das Cidades para mensuração da quantidade de casas necessárias para atendimento ao RS não será rápido, tendo em vista que muitos municípios não possuem nem energia e nem internet.
- Solicitação de **flexibilização** das regras de infraestrutura externa dos empreendimentos MCMV nesse momento para atendimento das famílias afetadas, não é possível atender a todos os requisitos nesse ritmo de urgência.
- Necessidade de ser realizados **estudos e discussões sobre a reconstrução** do RS, especialmente sobre os locais em que as casas serão reconstruídas para que não sejam realocadas em áreas de risco e nem em locais isolados e longe da infraestrutura. Importante pensar no bem-estar das famílias.
- Necessidade de estados e municípios prestarem medidas preventivas para garantir a estabilidade das moradias.
- Sugestão de **requalificação de prédios ociosos** desocupados para atendimento às famílias.
- Sugestão de priorizarem o **uso de imóveis públicos** para atendimento às famílias afetadas.
- Sugestão de se criar um fundo emergencial de habitação para atender a situações de calamidade.
- Sugestão de desapropriação de imóveis para atendimento às famílias.
- Expressada a **preocupação com os efeitos que terão as medidas de compra de imóveis no RS no mercado imobiliário** (especulação imobiliária). Sugestão de medidas para tratamento desses efeitos como congelamento dos valores dos aluguéis e congelamento dos preços dos imóveis.
- Necessidade de uma campanha para colocar em práticas os planos e estudos desenvolvidos de planejamento urbano e gestão de riscos desenvolvidos pelos entes públicos locais para tornar as cidades resilientes. Importância de se ter recursos para implementação desses planejamentos.
- Necessidade de o Plano Nacional de Gestão de Riscos receber atenção e ser vinculado aos planos e às ações diretas do governo.
- Divulgação de ação do CAU para verificação das edificações para elaboração de laudos para atestar da solidez dos imóveis para reconstrução.
- Importância do **envolvimento dos conselhos como o CAU e CREA, para realização dos laudos para habitação de interesse social para balizar as ações do governo.**



- Sugestão de um Programa de reforma e melhoria das residências afetadas pelas chuvas no RS.
- Impossibilidade de discutir a reconstrução do RS sem discutir as causas.
- Necessidade de empresas nacionais para reconstruir o RS.
- Sugestão de revisão dos valores para construção das unidades habitacionais no Programa, tendo em vista o impacto das catástrofes do RS na economia.
- Sugestão de realizar uma seleção específica do MCMV-Entidades para o RS, com imóveis da União.

Comentários sobre as seleções do MCMV-Entidades e Rural:

- Importância da efetivação das contratações e de não se perder os projetos selecionados.
- Compromisso dos movimentos sociais organizados em trabalhar para tornar viáveis todos os projetos selecionados.
- Necessidade de **flexibilizar as regras** para viabilizar as contratações.
- Importância de uma **nova seleção** ainda esse ano e de divulgação do calendário dessa nova seleção para que os movimentos possam se organizar.
- Caixa solicitou 15 dias para disponibilizar plataforma onde será realizada a ratificação das propostas, assim há preocupação sobre o impacto no prazo final de 180 dias para contratação.
- Denunciado que no estado de Pernambuco a SPU não tem realizado diálogos com os movimentos organizados acerca de terrenos da união que devem ser doados para construção de habitação de interesse social.

Outros temas levantados:

- Pensar em um cadastro único nacional de famílias beneficiadas pela regularização fundiária para que isso se reflita na hora de acesso à moradia.
- Preocupação com financiamento de famílias de até 3 salários-mínimos que tem seus salários inflados na hora da aquisição dos imóveis, tornando as os valores das parcelas do financiamento inviáveis para as famílias. Pensar em uma maneira para tratar essa questão.
- Andamento do programa de energia fotovoltaica para o Programa MCMV.
- Necessidade de se criar um comitê para tratar do tema específico dos conflitos fundiários e urbanos.

Após as perguntas levantadas, foi **esclarecido** pelo MCID que:

- As **flexibilizações** vão ser discutidas
- Foi realizado o seminário para discussão da seleção do MCMV-Entidades



- Foi criado um GT interno com o MCidades, Agente Financeiro e Agente Operador para antecipar e discutir algumas questões das contratações do Entidades.
- SNH espera não ter que prorrogar o prazo de contratação do MCMV-Entidades e informou que o atraso na disponibilização da plataforma foi absorvido pelo prazo já definido para a Caixa. Então não houve alteração do prazo de 180 dias inicialmente definido.
- Para o MCMV-Calamidade foram estabelecidas regras mais flexíveis acerca da infraestrutura. Caso tais medidas não forem suficientes, serão realizados ajustes adicionais.
- Sobre a energia fotovoltaica foi informado que o Decreto está pronto e se encontra no Ministério de Minas e Energia e, após análise do MME, irá para Presidência. A expectativa é ter o Decreto publicado dentro de 1-2 meses.
- Sobre o programa de Reforma, foi informado que está sendo desenhada a política, mas ainda não há consenso entre os atores envolvidos. Quando o desenho estiver mais claro, a proposta será trazida para discussão com a sociedade.
- Ministério está trabalhando com **todos os instrumentos possíveis** para atendimento no RS, inclusive considerando propostas do MCMV enquadradas e não selecionadas. Se não for o suficiente será aberto novas seleções específicas para o RS.
- Sobre a SPU, SNH vai buscar o diálogo para resolver os entraves levantados.
- Sobre a possibilidade de reajuste de valor das unidades habitacionais, foi informado que não há possibilidade.
- Frisa a importância de contratarmos rápido e iniciarmos as obras o quanto antes.

I. Foi realizada pela Secretaria Nacional de Habitação apresentação sobre o andamento da Revisão do normativo do Trabalho Social

A partir da apresentação, foram levantados alguns comentários:

- Sugestão de separar os contratos do trabalho social e das construtoras.
- Ressaltou-se a importância do trabalho social antes e depois da entrega do empreendimento.
- Frisou-se a importância da melhoria da comunicação entre as entidades e a Caixa.
- Necessidade de se compreender as peculiaridades do trabalho social dentro de cada modalidade.
- Necessidade de se estabelecer diretrizes adicionais para garantir que o TS seja realizado por entidades sem fins lucrativos.



II. A seguir foram apresentadas e votadas as propostas de Resoluções e Moções

O Comitê recebeu 6 propostas de Resolução e 1 proposta de Moção, sobre os seguintes temas:

- a. Proposta de Resolução que recomenda a **regulamentação do Programa Oferta Pública** para municípios com até 80 mil habitantes.
- b. Proposta de Resolução que recomenda a **criação de estruturas físicas da Caixa e do Ministério das Cidades no Rio Grande do Sul** enquanto perdurar o estado de calamidade no estado.
- c. Proposta de Resolução que **recomenda a oficialização dos conselheiros nacionais do RS do CONCIDADES, de todos os segmentos, para atuarem como fórum local do Conselho** visando acompanhar as políticas públicas emergenciais a serem implementadas e executadas no RS.
- d. Proposta de Resolução que recomenda a **criação de força tarefa emergencial com o objetivo de realizar o levantamento de todos os imóveis da União ociosos ou subutilizados no RS e destiná-los para atendimento às famílias afetadas.**
- e. Proposta de Resolução que recomenda a **criação de sistemáticas e disponibilização de recursos financeiros no governo federal para a seleção de profissionais de arquitetura e engenharia** a serem contratados pelos municípios do RS, visando à construção de equipes locais para o trabalho de diagnóstico, projeto e execução de moradias e melhorias habitacionais.
- f. Proposta de Resolução que recomenda que o **profissional de engenharia/arquitetura na equipe de trabalho social**, quando necessário, seja **cedido pelo agente executor contratante** (ente público) **sem utilização do recurso financeiro do trabalho social** nos casos de urbanização.
- g. Proposta de Moção de repúdio às **soluções emergenciais que violam o direito à cidade em Porto Alegre.**



3. Encaminhamentos

- Encaminhamento da apresentação do balanço das linhas de atendimento do MCMV para os conselheiros.
- Solicitação de envio de indicações do CT de Habitação para compor o GT da PNDU.

